

AMBIENTE

Ibama resgata R\$ 42 milhões em mogno no PA

Madeira foi extraída ilegalmente de áreas públicas e de preservação ambiental

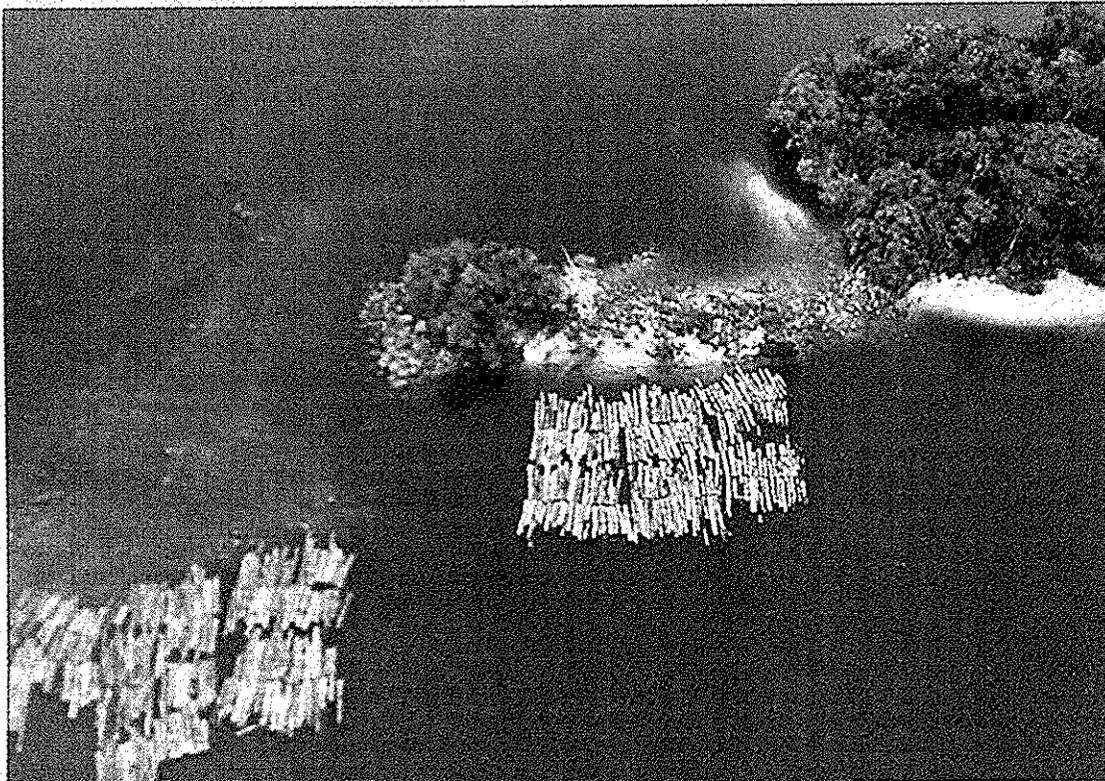
CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – Após o anúncio do presidente do Ibama, Hamilton Casara, de que o órgão ambiental federal faria o resgate de mogno extraído ilegalmente, uma equipe de 40 fiscais começou ontem uma operação na Terra do Meio, região do sudoeste do Pará, uma operação para recuperar todo o mogno cortado e transportado ilegalmente de reservas indígenas e áreas de preservação ambiental. O trabalho começou com a transferência de 14 mil metros cúbicos de madeira apreendidos no fim do ano passado em 150 quilômetros de terras públicas entre os Rios Xingu, Carajari, Iriri e Curuá.

Parte dessa madeira, cerca de 9 mil metros cúbicos, está sendo removida do rio Carajari para o Rio Iriri. Ela ficará sob a responsabilidade de um fiel depositário escolhido pela Justiça Federal e por agentes do governo. Os outros 5 mil metros cúbicos, segundo o chefe de fiscalização do Ibama, José Leland, foram extraídos pelas madeiras Ferreira e CR Almeida em áreas de litígio entre as localidades de Humaitá, Seringal e Monte Alegre, nos Rios Curuá e Pardo, em Altamira.

Osmar Ferreira, dono da madeira Ferreira, é também pro-

OPERAÇÃO DEVERÁ DURAR CERCA DE 80 DIAS



O Ibama está utilizando os rios da região amazônica para transportar a madeira apreendida

prietário de várias empresas no sul do Pará, onde é conhecido como “rei do mogno”. Cecílio do Rego Almeida, dono da CR Almeida, é réu do maior caso de grilagem de terras públicas na Justiça Federal do Pará, envolvendo cerca de 4 milhões de hectares, localizados na Terra do Meio.

Segundo Leland, as duas operações de resgate da madeira apreendida devem durar cerca de 80 dias, em razão das dificuldades de acesso aos locais onde todo esse mogno está depositado. O trabalho está sendo acompanhado por ativistas do

Greenpeace e conta com a colaboração do Batalhão de Infantaria e Selva do Exército, que cedeu ao Ibama toda a infra-estrutura de acampamento. Os fiscais contam ainda com o apoio de aviões e helicópteros, além de lanchas.

Mogno de terra caiapó – Três procuradores do Ibama de Brasília deverão desembarcar hoje em Belém. A missão é convencer a Justiça do Pará a derrubar a liminar que permitiu a comercialização de mogno pelas madeiras. A comercialização foi suspensa pelo Ibama depois que se constatou o corte da madeira em terras indígenas.

O órgão também investiga denúncia do vereador do mu-

nício de Redenção, Pedro Tindor (PSDB), sobre 21 mil metros cúbicos de mogno, avaliados em R\$ 65 milhões, que teriam sido retirados das terras dos índios caiapós. Osmar Ferreira é citado como um dos responsáveis pela extração.

Tindor garante que o mogno estaria armazenado em balsas no Lago do Poty, no Rio Xingu, na fronteira do Pará com Mato Grosso. O vereador, que permanece sob forte proteção da Polícia Militar do Estado, alojado nas dependências da Câmara Municipal de Redenção, informou que pistoleiros fortemente armados protegem a saída da madeira, destinada a serrarias do município de São Félix do Xingu, no sul do Pará.